

# Prefeitura Municipal de Nova Cruz

## Concurso Público - Edital nº 01/2017



### Psicólogo

#### Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém **35 questões** de múltipla escolha, dispostas da seguinte maneira: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 35** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou apresentar imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não peça esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta na cor preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, três horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal a **Folha de Respostas e este Caderno**.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_



O texto a seguir servirá de base para as questões de 01 a 10.

### Mitos da criminalidade juvenil no Brasil

Marília Rovaron

Propostas de emenda à Constituição que reduzem a maioria penal e projetos de lei que ampliam o tempo de internação de adolescentes envolvidos em crimes hediondos têm reaparecido nas pautas do Senado brasileiro. A análise dessa complexa questão demanda, porém, um conhecimento mais objetivo da realidade dos atos infracionais praticados por adolescentes em relação ao problema da violência no Brasil. Muitos mitos circundam o debate acerca da autoria de jovens na criminalidade urbana, sendo três deles mais centrais nas discussões.

O primeiro mito aponta uma criminalidade crescente e descontrolada, praticada por crianças e adolescentes, contrariando as estatísticas oficiais que, na verdade, revelam um hiperdimensionamento na apresentação das violências praticadas por jovens, se comparadas às praticadas por adultos. No ano de 2012, por exemplo, só 8,4% dos homicídios registrados no país foram cometidos por adolescentes. E, no ano de 2010, das 8.686 crianças e adolescentes assassinados no Brasil, 2,5% das mortes foram cometidas por adolescentes, segundo o estudo *Porque dizemos não à redução da maioria penal*, de 2013, da Fundação Abrinq. Portanto, ao contrário do que afirma a opinião pública, é baixa a proporção de jovens que cometem atos infracionais graves, como os homicídios. E o mesmo se observa em roubo e tráfico.

O segundo mito associa a pobreza à criminalidade, determinando o risco que as crianças e os adolescentes pobres oferecem à sociedade, como criminosos em potencial. Diversas pesquisas comprovam a participação de jovens de diferentes classes sociais em atos infracionais. O que importa considerar, nesses casos, são os encaminhamentos dados: a diferenciação entre dependente químico e traficante é um exemplo claro dos tipos de tratamento possíveis aos sujeitos a partir de recortes de cor, classe social e região de moradia.

O terceiro mito sustenta que há uma passividade do Estado frente às ações consideradas criminosas praticadas por jovens, reforçando o desejo de grande parte da sociedade por uma menor tolerância no trato com crianças e adolescentes autores de ato infracional, desconsiderando, assim, os índices crescentes das medidas socioeducativas no país, sobretudo das medidas privativas de liberdade.

As simplificações das justificativas normalmente empregadas na defesa por mais punição aos jovens envolvidos (ou em risco de se envolver) em atos criminais parecem sempre mover a atenção para os indivíduos e não para as estruturas sociais. É quando o papel da punição na política criminal contemporânea adquire força e capilaridade no tecido da sociedade, afetando um público-alvo específico e legitimado por uma sociedade conivente com o recrudescimento de um sistema que se mostra seletivo em suas punições.

Apesar da gravidade de acontecimentos violentos no país, deve-se ressaltar que, do total de adolescentes em conflito com a lei, apenas 8,4% cometeram homicídios. A maioria dos delitos juvenis é roubo, seguido por tráfico. Sabemos também que a maioria dos adolescentes em conflito com a lei já abandonou a escola ainda no Ensino Fundamental e que é imensa a dificuldade daqueles que estão cumprindo medidas socioeducativas, principalmente em liberdade assistida, em retomar seus estudos.

Ao mesmo tempo, não existem indícios suficientes de que aumentar a repressão e o rigor das medidas socioeducativas em si seja o bastante para reduzir a criminalidade e os homicídios. Ao contrário, dados do Conselho Nacional de Justiça atestam que 70% dos egressos do sistema prisional retornam a ele por reincidirem. Assim, a extensão dessa situação às infrações juvenis

— ou seja, mais encarceramentos de adolescentes — não amenizará os índices de crimes cometidos por eles no país.

É dever do Estado aprimorar e ampliar as políticas sociais que amparam a juventude vulnerável. E é, sobretudo, a ausência dessas políticas que gera as condições de vulnerabilidade, empurrando os adolescentes para a criminalidade. Desse modo, a simples ausência de universalidade de direitos fundamentais, como o direito à moradia, à educação, à saúde, à inserção produtiva qualificada, já se constitui em violência contra a infância e a adolescência.

Nos sistemas judiciário, executivo e legislativo, ainda está bem presente a “lógica menorista” (visão antiga que ainda considera crianças e adolescentes “objetos do direito”, assujeitados, em situação irregular, e não sujeitos em desenvolvimento, que demandam proteção, respeito e autonomia), e pouco avançamos em leis que permitem saltos nessa visão. Debateremos a ineficácia de um Estatuto da Criança e do Adolescente que nem sequer foi implantado por completo e opinamos sobre a redução da maioridade penal, esquecendo-nos de que as causas da questão social continuam intocáveis em praticamente todas as esferas.

A efetivação da mudança de paradigma no sistema de justiça juvenil exige uma transformação coletiva na mentalidade da sociedade para que a opinião pública aprofunde as reflexões acerca da cultura punitiva e possa, assim, vislumbrar novas formas de sociabilidade, pautadas na liberdade. Da mesma forma que à lei não pode ser atribuído o papel de salvar a humanidade, o cárcere não resolverá as desigualdades sociais que marcam tão profundamente as vidas dos jovens e sua busca por sobrevivência, expressão, visibilidade e ascensão social.

---

Disponível em: <www.cartaeducacao.com.br>. Acesso em: 14 dez. 2017. [Adaptado]

**01. O título do texto**

- A) apresenta, implicitamente, a temática discutida no conjunto dos parágrafos e revela, explicitamente, uma opinião a respeito dela.
- B) apresenta, explicitamente, a temática discutida no conjunto dos parágrafos e revela, ainda que implicitamente, uma opinião a respeito dela.
- C) contém, explicitamente, a temática discutida no conjunto dos parágrafos e nega, ainda que implicitamente, uma opinião a respeito dela.
- D) contém, implicitamente, a temática discutida no conjunto dos parágrafos e nega, explicitamente, uma opinião a respeito dela.

**02. O texto tem como propósito comunicativo dominante**

- A) defender a ideia de que a discussão sobre criminalidade juvenil no Brasil é cercada por considerações sem respaldo na realidade fatural.
- B) defender a ideia de que os crimes violentos praticados por jovens no Brasil representam um percentual pouco significante frente ao total.
- C) apresentar os três principais mitos da discussão sobre criminalidade juvenil no Brasil.
- D) apresentar os preocupantes dados sobre o aumento da criminalidade juvenil no Brasil.

**03. No segundo parágrafo do texto, estabelece-se uma relação de**

- |                 |               |
|-----------------|---------------|
| A) aprovação.   | C) concessão. |
| B) reafirmação. | D) refutação. |

**04. A linguagem empregada no texto tende**

- A) à conotação e à variedade formal.
- B) à denotação e à variedade informal.
- C) à denotação e à variedade formal.
- D) à conotação e à variedade informal.

05. Considere o período a seguir.

Ao mesmo tempo, não existem indícios suficientes de que aumentar a repressão e o rigor das medidas socioeducativas em si seja o bastante para reduzir a criminalidade e os homicídios.

Considerando somente as orações explícitas, é correto afirmar:

- A) a quarta oração exerce função de um adjetivo.
- B) a primeira oração possui sujeito indeterminado.
- C) a terceira oração funciona como objeto direto.
- D) a segunda oração complementa um substantivo.

As questões 06 e 07 referem-se ao período a seguir.

**Apesar**[1] da gravidade de acontecimentos violentos no país, deve-se ressaltar que, do total de adolescentes em conflito com a lei, **apenas**[2] 8,4% cometeram homicídios.

06. No contexto em que se insere, o elemento linguístico [1] introduz ideia de

- A) oposição relativamente ao que se enuncia no parágrafo anterior.
- B) consequência relativamente ao que se enuncia em seguida.
- C) concessão relativamente ao que se enuncia em seguida.
- D) finalidade relativamente ao que se enuncia no parágrafo anterior.

07. O elemento linguístico [2] é

- A) uma conjunção que autoriza a recuperação de informação implícita no contexto do período.
- B) um advérbio sem relação com informação implícita no contexto do período.
- C) um advérbio que autoriza a recuperação de informação implícita no contexto do período.
- D) uma conjunção sem relação com informação implícita no contexto do período.

08. Considere os períodos:

I	As simplificações das justificativas normalmente empregadas na defesa por mais punição aos jovens envolvidos (ou em risco de se envolver) em atos criminais parecem sempre mover a atenção para os indivíduos e não para as estruturas sociais.
II	Assim, a extensão dessa situação às infrações juvenis — ou seja, mais encarceramentos de adolescentes — não amenizará os índices de crimes cometidos por eles no país.
III	Desse modo, a simples ausência de universalidade de direitos fundamentais, como o direito à moradia, à educação, à saúde, à inserção produtiva qualificada, já se constitui em violência contra a infância e a adolescência.
IV	O que importa considerar, nesses casos, são os encaminhamentos dados: a diferenciação entre dependente químico e traficante é um exemplo claro dos tipos de tratamento possíveis aos sujeitos a partir de recortes de cor, classe social e região de moradia.

Considerando a tradição gramatical relativa ao uso dos sinais de pontuação,

- A) em IV, as três vírgulas são utilizadas para sinalizar deslocamento de termos.
- B) em III, quatro vírgulas são utilizadas para separar itens de mesmo valor sintático.
- C) em II, é possível substituir os travessões por parênteses, com mudança no sentido do período.
- D) em I, é possível substituir os parênteses por travessões, sem mudança no sentido do período.

09. Considere o período a seguir.

É quando o papel da punição na política criminal contemporânea adquire força e capilaridade no tecido da sociedade, afetando um público-alvo específico e legitimado por uma sociedade conivente com o **recrudescimento** de um sistema que se mostra seletivo em suas punições.

Sem alterar o sentido do período, o elemento linguístico destacado pode ser substituído por

- A) aprofundamento.
- B) amadurecimento.
- C) desaparecimento.
- D) esfacelamento.

10. São vocábulos acentuados pela mesma regra:

- A) *têm, três e já.*
- B) *violência, contemporânea e homicídios.*
- C) *cárcere, ineficácia e possíveis.*
- D) *saúde, está e país.*

Leia o caso a seguir para responder às questões 11, 12 e 13.

Marinalva é uma mulher de 35 anos, com três filhos: Joana, de 10 anos; João, de 8 anos; e José, de 6 anos. O pai das crianças, seu ex-marido, é traficante de drogas e, de acordo com relatos de vizinhos, parentes e da própria Marinalva, extremamente violento com ela e com os filhos. Marinalva é alcoolista e, por vezes, vaga pelas ruas do bairro, sendo vítima de violência psicológica e física por parte de pessoas moradores de rua. Ela não aceita o fim do relacionamento com o ex-marido e tem muito medo de perder seus filhos.

O conselho tutelar foi notificado em relação à filha de Marinalva. A menina se encontrava com a mãe em situação de rua, em região de alta incidência de turismo sexual, e estava exposta a diversas formas de violência, correndo risco, inclusive, de sofrer abuso e exploração sexual, já que, sob o efeito do álcool, Marinalva não conseguia proteger plenamente a filha e a si mesma. Os filhos, por sua vez, estavam sob os cuidados da tia materna, que também deseja cuidar da menina, mas a garota não aceitava sair de perto da mãe.

11. Como psicólogo atuante na Política de Assistência Social, os serviços mais indicados da rede a serem acionados, nesse caso, são
  - A) CRAS, CAPS-i, Centro de Referência da Mulher e Conselho Tutelar.
  - B) CRAS, CREAS, CAPS-AD e Centro de Referência da Mulher.
  - C) CREAS, Ministério Público, Conselho Tutelar e FUNDAC.
  - D) CREAS, CRAS, FUNDAC e CAPS-AD.
12. De acordo com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, o encaminhamento prioritário para os filhos de Marinalva deve ser
  - A) garantir que as crianças permaneçam sob a proteção do Estado o maior tempo possível.
  - B) priorizar a adoção, tendo em vista que a família de origem está colocando as crianças em situação de risco.
  - C) priorizar as alternativas de Longo Prazo, garantindo a integração das crianças e a sua convivência familiar e comunitária.
  - D) esgotar todas as possibilidades de manutenção das crianças na família de origem.
13. Nesse caso, para embasar a atuação do psicólogo, são documentos imprescindíveis
  - A) o SINASE e as Orientações Técnicas aos Serviços de Acolhimento Institucional.
  - B) o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e o Plano Nacional de Socioeducação.
  - C) o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e outras Drogas e o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.
  - D) o Plano de Violência Contra a Mulher e o Plano Nacional de Acolhimento Familiar.
14. No campo das políticas públicas de saúde, existem diversas experiências exitosas com a participação de psicólogos que, ao longo do tempo, desenvolveram práticas de cuidado e de acolhimento das pessoas usuárias de álcool e outras drogas. Nesse campo, a atuação do psicólogo, deverá priorizar
  - A) as iniciativas de cunho religioso e de apoio mútuo entre os próprios usuários.
  - B) a abstinência dos usuários, por meio da internação em hospitais psiquiátricos.
  - C) a adoção do paradigma da redução de danos nas políticas de saúde e socioassistenciais.
  - D) as comunidades terapêuticas e a lógica da abstinência dos usuários.

15. O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) é responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica e de assistência social às famílias, aos grupos e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Tendo isso em vista, considere os seguintes serviços, benefícios, programas e/ou projetos:

I	Serviços Socioeducativo-geracionais, Intergeracionais e com Famílias
II	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida socioeducativa
III	Capacitação e Promoção da Inserção Produtiva
IV	Programa Família Acolhedora

No CRAS, são realizados os serviços, os benefícios, os programas e/ou projetos constantes em

- A) I e IV.                    C) II e III.**  
**B) I e III.                    D) II e IV.**
16. A intervenção em rede vem despontando como princípio ordenador das políticas sociais na contemporaneidade. Nessa direção, são estratégias profissionais
- A) a integração com outros profissionais, setores e instituições.**  
**B) os encaminhamentos personalizados.**  
**C) as ações setorializadas.**  
**D) a individualização de demandas coletivas.**
17. Os Centros/Núcleos de Atenção Psicossocial (CAPS/NAPS) são serviços da rede pública de saúde que visam cuidar de transtornos mentais. Ao atuar nesses serviços, o psicólogo deve considerar
- A) a integralidade do atendimento, numa instituição totalizante.**  
**B) a integração com as instituições asilares, no caso dos usuários que têm seus vínculos familiares rompidos.**  
**C) a promoção da inserção social dos usuários por meio de ações intersetoriais com saúde, educação e trabalho.**  
**D) a importância da medicalização, numa perspectiva biopsicossocial.**
18. A psicologia comunitária pode ser entendida por diferentes vertentes. No entanto, estudiosos da área consideram que há um substrato comum na atuação do psicólogo comunitário. Esse substrato caracteriza-se
- A) pelos papéis do psicólogo, que são os de ajudador profissional, diagnosticador e conselheiro.**  
**B) pelo tipo de intervenção, que é especializada e individualizada.**  
**C) pela área de intervenção, que é a saúde mental comunitária.**  
**D) pelas finalidades da intervenção, que são o desenvolvimento comunitário e a emancipação das pessoas.**
19. O objeto central das ações da assistência social é a pobreza e suas variadas manifestações. A imensa demanda-alvo, cerca de 12 milhões de famílias, padece de problemas que têm, nas aviltantes condições materiais de existência, a principal causa de vulnerabilidade e de violação de direitos. Na proteção social básica, a atuação do psicólogo tem, como finalidade,
- A) o atendimento especializado aos usuários com direitos violados.**  
**B) a eliminação imediata do sofrimento subjetivo dos usuários dos serviços da proteção social básica.**  
**C) a atenção aos sujeitos com vínculos familiares e comunitários rompidos.**  
**D) o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas.**



20. Um psicólogo trabalha em uma instituição de educação infantil e identifica que, na rotina diária das atividades realizadas pelas crianças, inexistem momentos voltados ao brincar livre. Além disso, constata que, nas dependências da escola, há poucos espaços físicos destinados a brincadeiras. Considerando que esse profissional paute sua atuação no referencial sócio-histórico de Vygotsky, a intervenção diante dessa situação deve considerar que
- A) o brincar é capaz de criar zonas de desenvolvimento proximal tanto quando mediado por um adulto quanto por outras crianças mais experientes, sendo, por essa razão, desnecessário que a brincadeira faça parte do planejamento pedagógico.
  - B) a brincadeira se configura como momento individual de prazer e relaxamento, devendo, portanto, ser realizada fora da sala de aula e nos momentos que precedem o horário em que as crianças irão ser levadas para casa.
  - C) a brincadeira favorece o desenvolvimento infantil na medida em que, por meio dela, a criança se torna capaz de desempenhar funções que não poderia exercer na realidade objetiva, tal como pode ser observado nos jogos de papéis.
  - D) o brincar livre pode ser substituído pelo brincar dirigido, uma vez que aquele é prescindível para o processo de aprendizagem escolar da criança e, portanto, deve restringir-se ao ambiente doméstico.
21. Nos anos iniciais do ensino fundamental, muitas crianças apresentam dificuldades para aprender conteúdos matemáticos básicos, como, por exemplo, as quatro operações. A esse respeito, considere a situação-problema descrita a seguir:

Murilo, de 07 anos, não consegue realizar corretamente determinados cálculos envolvendo a operação de subtração, a exemplo da conta  $54-17=?$ . Ao tentar resolver essa conta, sempre obtém o resultado 43. Desconfiando de um possível déficit cognitivo de Murilo, a professora da turma procura o psicólogo da escola.

Diante da situação de Murilo, um psicólogo que adote a perspectiva construtivista deve

- A) articular-se com a equipe pedagógica, visando elaborar momentos de planejamento coletivo e de formação continuada com os docentes, para discutir estratégias de ensino facilitadoras da aprendizagem de noções matemáticas.
  - B) acolher a preocupação da professora, tranquilizando-a e esclarecendo que as dificuldades para aprender matemática são normais nessa idade e, portanto, ela deve continuar a realizar seu trabalho com Murilo da mesma maneira de sempre.
  - C) propor uma reunião com a coordenação pedagógica e a gestão escolar a fim de combater e prevenir a discalculia, pois as crianças de 07 anos, por estarem no estágio das operações concretas, já deveriam saber realizar operações de subtração.
  - D) realizar um processo de psicodiagnóstico da criança, o qual deve englobar a aplicação de testes projetivos, de inteligência e de habilidades específicas bem como anamnese psicológica e atendimento à família.
22. Considere a situação-problema descrita a seguir:

Em uma escola de ensino fundamental, um professor de educação física levou as crianças ao pátio para realizarem um jogo, o qual consistia em dividir a turma em dois grupos cujos membros, alternadamente, arremessariam uma bola dentro de um pneu. Se o membro acertasse o arremesso, o grupo daria um passo à frente, aproximando-se da linha de chegada. Se o membro do grupo errasse, o grupo não avançaria. Em um dos grupos, havia uma criança com cadeira de rodas, devido a uma doença neurológica congênita. Inicialmente, essa criança não queria participar do jogo, alegando que não poderia dar passos à frente juntamente com o seu grupo. O psicólogo da escola, que presenciou a situação, interveio e, em diálogo com as crianças e o professor, propôs que os membros do grupo ao qual a criança pertencia se revezassem para empurrar a cadeira tanto nos momentos em que fosse a vez da criança cadeirante fazer o arremesso quanto nos momentos em que o grupo fosse dar um passo à frente. Foi estipulado ainda que, a partir de determinado momento, a criança cadeirante poderia seguir sem ajuda porque já estaria próxima da linha de chegada. Todos concordaram, e a criança que estava com cadeira de rodas conseguiu realizar a atividade por completo.

Tomando por base as discussões referentes à política de inclusão e as contribuições da teoria de Vygotsky no que diz respeito à educação inclusiva, a intervenção do psicólogo retratado esteve pautada

- A) em uma avaliação do que aquela criança já era capaz de realizar sozinha, considerando seu nível de desenvolvimento real e centrando-se no aspecto intrapsíquico.
  - B) em uma avaliação do que aquela criança não era capaz de desenvolver sozinha nem com ajuda, uma vez que, devido às suas limitações físicas, ela não estava apta a participar plenamente do jogo proposto pelo professor.
  - C) em uma avaliação retrospectiva das capacidades da criança, ou seja, nas habilidades sociais já presentes no desenvolvimento infantil, quando considerado em seu aspecto interpsíquico.
  - D) em uma avaliação prospectiva das capacidades da criança, considerando seu nível de desenvolvimento potencial e suas possibilidades de realizar aquela atividade de forma mediada, favorecendo o enfrentamento de sua deficiência.
23. As referências técnicas são importantes documentos orientadores da prática profissional do psicólogo. De acordo com as referências técnicas para atuação de psicólogos na educação básica, elaboradas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), a atuação do psicólogo escolar deve ter, como base,
- A) a adoção de modelos previamente validados para fornecer respostas bem-sucedidas que resolvam os problemas apresentados nas instituições escolares.
  - B) a promoção da igualdade entre os sujeitos que fazem parte do cotidiano escolar, na perspectiva de homogeneizar padrões, práticas e condutas.
  - C) a consideração pela dimensão individual dos professores, uma vez que tal dimensão prevalece sobre os aspectos institucionais e o contexto sociocultural da escola.
  - D) a fundamentação teórica da psicologia aliada ao conhecimento da rotina da escola e das práticas nela exercidas, visando transformações e aperfeiçoamentos.
24. Situações de conflitos que envolvem estudantes e suas famílias, como casos em que a cobrança familiar repercute negativamente no rendimento das crianças, são frequentes nas escolas. Diante de tais situações, cabe ao psicólogo que atua no contexto educativo
- A) envolver a equipe pedagógica da escola na elaboração de estratégias de intervenção que sejam mediadoras das relações entre a escola, os estudantes e suas famílias, a fim de acolher essas diferentes demandas e atuar em relação a elas.
  - B) fazer uma avaliação psicológica individual do estudante a fim de obter esclarecimento das causas do baixo rendimento escolar, o qual pode estar relacionado a um transtorno de ansiedade gerado pela cobrança familiar.
  - C) encaminhar o estudante e seus familiares para um psicoterapeuta familiar a fim de que sejam tratados os vínculos estabelecidos e os possíveis traumas deles decorrentes, já que o psicólogo escolar é impedido de atuar com as famílias.
  - D) promover uma escuta compreensiva das angústias e das expectativas familiares em relação ao estudante, mantendo esse procedimento em sigilo, inclusive sem comunicá-lo aos demais membros da equipe pedagógica.
25. Atualmente, reconhece-se, como uma das atribuições do psicólogo na educação, o trabalho colaborativo e em parceria na formação continuada de educadores. Especificamente, essa atuação do psicólogo pode acontecer por meio
- A) da escuta psicológica de cada educador, a fim de tratar angústias e frustrações decorrentes de seu exercício profissional, uma vez que o psicólogo trabalha com a dimensão subjetiva e, portanto, apenas no âmbito individual.
  - B) de intervenções que propiciem o processo de apropriação de conhecimentos sobre desenvolvimento, aprendizagem, relações interpessoais, dentre outros que considerem a subjetividade que acompanha e caracteriza o processo educativo.
  - C) de dinâmicas que visem à sensibilização dos educadores para buscar cursos em universidades e outras instituições formativas, uma vez que as escolas e os sistemas de ensino são incapazes de atuar na formação continuada desses profissionais.
  - D) da demonstração da supremacia do conhecimento psicológico em relação às práticas educacionais, o que contribui para que os educadores reconheçam os aspectos subjetivos implicados nos processos de ensino e aprendizagem.

26. Em algumas escolas, uma das dificuldades encontradas é a elaboração e a atualização do projeto político pedagógico (PPP). No tocante a esse desafio que perpassa o cotidiano escolar e pode causar impasses para as equipes pedagógicas, o psicólogo que trabalha na área escolar e educacional deve
- A) supervisionar o trabalho de elaboração ou atualização do projeto político pedagógico, apontando diretamente os equívocos cometidos pela equipe envolvida, mesmo que essa função implique a geração de conflitos interpessoais.
  - B) atuar de forma conjunta com os demais profissionais da escola e membros da comunidade envolvidos na elaboração ou na atualização do projeto político pedagógico, levando em conta dados objetivos e a dimensão subjetiva da realidade escolar.
  - C) acompanhar o processo de elaboração ou atualização do projeto político pedagógico, intervindo quando surgem conflitos entre os membros da equipe, uma vez que, devido à sua formação, tem dificuldade de lidar com demandas institucionais.
  - D) estudar a história e a realidade da escola, a fim de redigir um projeto político pedagógico que atenda às necessidades por ele identificadas com base em seu conhecimento exclusivo acerca da dimensão subjetiva dos processos de ensino e aprendizagem.
27. As equipes de trabalho podem ser consideradas como “um tipo específico de grupo existente nos cenários organizacionais”, além de constituírem “uma das possibilidades de organização de trabalho” (PUENTE-PALÁCIOS, 2015, p. 386). Para que um psicólogo possa assessorar o gestor acerca dos resultados do trabalho de uma equipe, será preciso descrevê-los em termos de
- A) conhecimento, habilidade e atitude.
  - B) conhecimento, produtividade e atitude.
  - C) habilidade, efetividade e conhecimento.
  - D) desempenho, efetividade e produtividade.

**Considere o caso a seguir para responder às questões 28, 29 e 30.**

Rebeca, 32 anos, divorciada, mãe de dois filhos, é servidora municipal há quase 4 anos, lotada no setor administrativo de uma prefeitura do interior do Rio Grande do Norte. Desde a sua admissão, vem demonstrando domínio no campo de conhecimento no qual atua individualmente e muita competência na realização das tarefas que lhe foram atribuídas. Por esse motivo, foi indicada para trabalhar em uma equipe estruturada a fim de desenvolver um novo projeto na prefeitura, substituindo um colega mais antigo na organização que, subitamente, se afastou do trabalho por motivos de doença. Logo após a chegada de Rebeca ao grupo, o coordenador do projeto observou que havia algo prejudicando o funcionamento da equipe. Assim, solicitou ajuda ao psicólogo para compreender o que estava acontecendo, visto que precisava que a equipe voltasse a funcionar de forma cooperada, coordenada e compartilhada.

28. O psicólogo diagnosticou que Rebeca havia interferido no funcionamento do grupo por não possuir
- A) competências técnicas necessárias para substituir um colega mais antigo na organização.
  - B) saberes técnicos para enfrentar a demanda de trabalho em equipe.
  - C) conhecimentos específicos para enfrentar a demanda de trabalho posta.
  - D) competências relacionais necessárias para trabalhar em equipe.
29. Um dos métodos que podem ser utilizados para um psicólogo realizar um diagnóstico nesse contexto e nessa situação prevê
- A) rodas de conversa com os membros da equipe, exceto a servidora em questão, bem como conversas individuais com cada um deles, inclusive o coordenador do projeto.
  - B) rodas de conversa com os membros da equipe bem como conversas individuais com cada um deles, inclusive o coordenador do projeto.
  - C) rodas de conversa com os membros da equipe, bem como conversas individuais com cada um deles, exceto o coordenador do projeto.
  - D) rodas de conversa com os membros da equipe, bem como conversas individuais com cada um deles, exceto a servidora em questão e o coordenador do projeto.

- 30.** Após o diagnóstico, o psicólogo deve sugerir, como ação de intervenção,
- A)** a participação de toda a equipe, exceto o coordenador do projeto, em ações de treinamento, desenvolvimento e educação, para que possa desenvolver, a partir da chegada de um novo integrante, a capacidade de trabalhar de forma cooperada, coordenada e compartilhada.
  - B)** a participação de toda a equipe, exceto Rebeca, em ações de treinamento, desenvolvimento e educação, para que possa aprender a lidar com a nova integrante e voltar a trabalhar de forma cooperada, coordenada e compartilhada.
  - C)** a participação de toda a equipe em ações de treinamento, desenvolvimento e educação, para que possa desenvolver, a partir da chegada de um novo integrante, a capacidade de trabalhar de forma cooperada, coordenada e compartilhada.
  - D)** a participação de toda a equipe em ações de treinamento, desenvolvimento e educação, para que possa desenvolver a capacidade de lidar com as características da nova integrante e trabalhar de forma cooperada, coordenada e compartilhada.
- 31.** Atualmente, as estruturas organizacionais estão cada vez menos rígidas e estáticas. Há crescentes demandas de que os funcionários estejam preparados para ocuparem outros cargos ou funções e, para tanto, precisam dispor de “aprendizagens que vão além de um trabalho específico” (MOURÃO, 2015, p. 665). Em razão disso, os treinamentos de conhecimentos básicos e de habilidades específicas têm sido
- A)** gradativamente substituídos por treinamentos de desenvolvimento pessoal e de curta duração.
  - B)** rapidamente substituídos pelos treinamentos de curta duração, com vista ao preparo de pessoas para a execução operacional de determinados trabalhos.
  - C)** gradativamente substituídos por treinamentos de desenvolvimento pessoal e de longa duração.
  - D)** rapidamente substituídos pelos treinamentos de longa duração, com vista ao preparo de pessoas para a execução operacional de determinados trabalhos.
- 32.** O sistema de treinamento e desenvolvimento (T&D) nos contextos organizacionais pode ser compreendido como integrante de um conjunto de sistemas de gestão de pessoas. Esse sistema de T&D é composto pelos subsistemas denominados
- A)** análise de necessidades, planejamento, execução e avaliação.
  - B)** planejamento, avaliação, seleção e execução.
  - C)** análise de necessidades, recrutamento, seleção e avaliação.
  - D)** planejamento, execução, avaliação e recrutamento.
- 33.** No Brasil, com o envelhecimento populacional acentuado, os pedidos de aposentadoria têm aumentado bastante nas últimas décadas. Profissionais de várias áreas têm demonstrado interesse em estudar e pensar intervenções acerca do fenômeno aposentadoria, sobretudo, porque, durante muito tempo, foram escassos os recursos e os conhecimentos necessários para “assegurar uma aposentadoria saudável, em qualquer sentido” (ZANELLI, 2015, p. 59). Atualmente, intervir no processo de preparação para a aposentadoria é parte do papel do profissional psicólogo em sua atuação nas organizações de trabalho. Para tanto, ao elaborar um programa para esse fim, o psicólogo deve prever
- A)** um módulo vivencial ou formativo, que deve começar três meses antes da aposentadoria, para não causar ansiedade nos aposentáveis e lhes fornecer dados objetivos sobre previdência e direitos dos aposentados.
  - B)** um módulo vivencial ou formativo, que deverá aprofundar aspectos relacionados à qualidade de vida na aposentadoria, tais como planejamento financeiro a médio e a longo prazo, dieta e nutrição, relacionamento familiar e social, atividades de lazer e educacionais e atividades remuneradas ou voluntárias.
  - C)** um módulo informativo, que deverá aprofundar aspectos relacionados à qualidade de vida na aposentadoria, tais como planejamento financeiro a médio e a longo prazo, dieta e nutrição, relacionamento familiar e social, atividades de lazer e educacionais e atividades remuneradas ou voluntárias.
  - D)** um módulo informativo, que deve ser o último, começando um mês antes da aposentadoria, para não causar ansiedade nos aposentáveis e lhes fornecer dados objetivos sobre previdência e direitos dos aposentados.

- 34.** O Art. 9º do Código de Ética do Profissional de Psicologia ratifica que “é dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.” Sendo, portanto, o sigilo profissional um tema que permeia a atuação do profissional de psicologia, todo psicólogo deve saber que
- A)** poderá decidir pela sua quebra, nas situações em que se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no Art. 9º do Código de Ética do Profissional de Psicologia e as afirmações dos princípios fundamentais desse documento, excetuando-se os casos previstos em lei, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.
  - B)** não poderá decidir pela sua quebra, ainda que em situações nas quais se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no Art. 9º do Código de Ética do Profissional de Psicologia e as afirmações dos princípios fundamentais desse documento, a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, dos grupos ou das organizações.
  - C)** poderá decidir pela sua quebra, desde que nada esteja registrado em documentos que embasem as atividades realizadas em equipe multiprofissional com a qual trabalha, sob pena de sofrer sanções disciplinares pelo seu Conselho Regional de Psicologia.
  - D)** não poderá decidir pela sua quebra, a não ser que o vínculo com pessoas, grupos ou organizações, ao qual teve acesso no exercício profissional, tenha se desfeito em razão do encaminhamento do caso para outro profissional.
- 35.** O Código de Ética Profissional do Psicólogo é um documento normativo que rege as condutas desse profissional. A respeito do atendimento não eventual de crianças, adolescentes ou pessoas interditas, esse documento estabelece:
- A)** caso nenhum responsável legal pela criança, adolescente ou interdito se apresente e autorize a realização do atendimento, o psicólogo deve efetuar o atendimento e comunicar às autoridades competentes.
  - B)** todos os dados referentes ao atendimento da criança, do adolescente ou do interdito devem ser comunicados pelo psicólogo aos responsáveis legais, uma vez que, nesses casos, é injustificável a existência de sigilo e confidenciabilidade.
  - C)** o psicólogo deve se abster de realizar atendimentos não eventuais à criança, ao adolescente ou ao interdito sem a supervisão e a presença física de, ao menos, um de seus responsáveis legais durante cada sessão.
  - D)** o psicólogo pode realizar o atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito sem obter a autorização de, ao menos, um de seus responsáveis, nos casos em que o profissional julgar justificável a adoção dessa conduta.